

O COMPROMISSO

Acesse: www.sindsepmat.org.br

SINDSEP-MT
Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Mato Grosso

FILIADO À CUT BRASIL
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES
COINDEF



EBSERH
Sindicato inicia processo de filiação de trabalhadores

Página 4

ARTIGO

O servidor público e o segundo mandato de Dilma

Página 2

É momento de planejar ações para cobrar promessas da Dilma

No Dia do Servidor público, Dilma Rousseff reconhece a luta dos trabalhadores e entendeu que os mesmos devem ser dignamente valorizados.

Página 3



“

Entre as reformas, a primeira e mais importante deve ser a reforma política. Deflagrar essa reforma, que é de responsabilidade do Congresso, deve mobilizar a sociedade por meio de um plebiscito, de uma consulta popular. Somente com um plebiscito nós vamos encontrar a força e a legitimidade para levar adiante este tema. Quero discutir isso com o novo Congresso eleito. Quero discutir igualmente com os movimentos sociais e as forças da sociedade civil.

”

Presidente reeleita Dilma Rousseff

QUEM SABE FAZ A HORA!

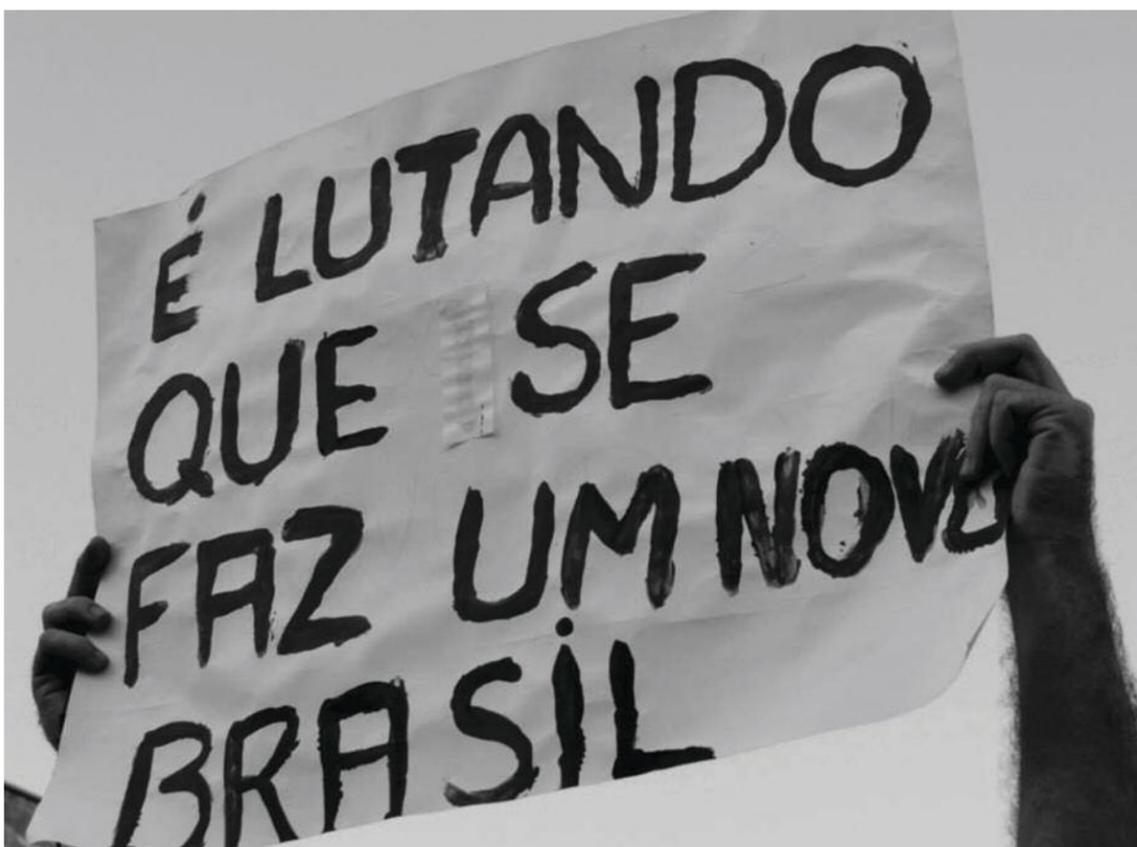
Reforma Política Já!

Dentre os pontos mais importantes para mudança está o fim do financiamento empresarial de campanha, cujas doações seriam permitidas apenas de pessoas físicas.

A luta iniciou há mais de 20 anos atrás e até hoje os brasileiros sonham com a tão clamada reforma política. Em julho desse ano foram às ruas para reivindicar as mudanças que o país precisa para que os brasileiros tenham melhores condições de vida. As mobilizações por uma Constituinte Exclusiva reuniu movimentos sindicais e representantes da sociedade civil rendendo mais de 7,7 milhões de votos favoráveis pela internet e urnas espalhadas em todo o país. O movimento não teve nenhum destaque na mídia nacional e mesmo assim conseguiu fazer com que chegasse à Câmara dos Deputados.

Um Projeto de Decreto Legislativo que permite a consulta popular antes da aprovação, por meio de Plebiscito Popular da Constituinte Exclusiva e Soberana para a Reforma do Sistema Político ainda aguarda a aprovação do Congresso. O texto foi protocolado no final de outubro pelos deputados Renato Simões (PT-SP) e Luiza Erundina (PSB-SP). Se aprovado, será um grande avanço na democratização do país, que permitirá a participação em massa da população, que deve ir às urnas responder à pergunta: “Você é a favor de uma Assembleia Nacional Constituinte Exclusiva e Soberana sobre o Sistema Político?”. Se a maioria dos votos for “Sim”, a Assembleia será convocada para decidir sobre a reforma política.

Logo após o TSE divulgar a reeleição, a presidente Dilma Rousseff, em seu discurso, defendeu a convocação de um plebiscito para orientar a elaboração da lei da reforma política feita pelo Con-



gresso Nacional. Ela considera a medida como necessária para resolver as distorções do atual sistema representativo e deve ser discutida de maneira mais ampla, com o Congresso e a população. Um ponto que deve ter maior atenção é a corrupção, que deve ser mudada. Isso, segundo a presidente, tornará a política mais transparente.

Dentre os pontos mais importantes para mudança está o fim do financiamento empresarial de campanha, cujas doações seriam permitidas apenas de pessoas físicas. O fim das coligações proporcionais, onde os partidos se unem em um único bloco para somar os votos dados a cada legenda. Além disso, está em pauta o voto em lista em dois turnos, o fim da

reeleição presidencial e maior participação feminina nas ligações partidárias.

A reforma política é um assunto antigo que, a cada legislatura ressurgue com a força de uma refundação do sistema político e termina em mínimas alterações pontuais. Para que haja uma verdadeira mudança na política do país é necessária a aprovação do plebiscito, mas essa não é pretensão unânime, pois grande parte dos membros do Congresso defendem o referendo como medida adequada. Segundo os defensores do plebiscito, esse seria o melhor modo de atender os anseios dos manifestantes que foram às ruas e pediram maior participação da sociedade nas decisões do Estado. Já os que almejam o referendo dizem que um plebis-

cito dificilmente teria um bom entendimento por parte dos eleitores, que não estariam informados o suficiente para respondê-las.

A luta é para que o plebiscito seja aprovado e não o referendo, como almeja os parlamentares. Na prática, o plebiscito permite que os pontos a serem abordados sejam submetidos à consulta prévia da população antes de ser elaborado. Já o referendo possibilita a participação da massa popular apenas após ser concluído pelos parlamentares, podendo ser aprovado ou não pela sociedade. Com plebiscito ou referendo, o que a sociedade cobra mesmo é que seja feita uma reforma nesse modelo político do país, para que haja o fim da corrupção e maior visibilidade aos anseios da população. Com a mudança, seria o fim da coligação para eleição de deputados e cinco partidos seriam excluí-

dos da Câmara dos Deputados, apenas sete partidos permaneceriam com representação na Câmara (PT, PMDB, PSDB, PSD, PP, PSB e PR), o que desagradou em muito a bancada partidária.

Para entender melhor o sistema de coligação, temos os cargos do poder Executivo como os de presidente da República e governador, que é feito uma conta simples: quem tiver mais votos ganha. Já nas eleições para deputado federal, estadual e distrital, o sistema é o proporcional, que possibilita a eleição de um candidato com poucos votos, enquanto candidato com a maioria dos votos pode ficar sem cargo no parlamento.

Continua na página 2

(Continuação da Página 1)

ARTIGO

O servidor público e o segundo governo Dilma

O alerta tem o propósito de contribuir para a montagem de estratégia para enfrentar os próximos dois anos, que certamente serão difíceis para os servidores.

É simples, a definição passa pelo cálculo de dois números: o quociente partidário e o eleitoral, onde o eleitoral necessita de uma divisão dos votos válidos pelo número de vagas no parlamento. Na eleição de 2010, por exemplo, a candidata Luciana Genro (PSOL) recebeu 129,5 mil votos para deputado federal pelo Rio Grande do Sul, sendo a mais votada, mas não foi eleita porque o seu partido, o PSOL, não conseguiu atingir o quociente eleitoral do estado e ficou sem vagas.

Há, porém, o puxador de votos, que é o candidato que ajuda a eleger outros do seu partido por ter uma quantidade grande de votos, como é o caso do deputado Tiririca (PR-SP), que recebeu 1,3 milhão de votos na última eleição. Com esse saldo positivo, conseguiu levar à Câmara mais três candidatos de sua coligação, alterando assim o quadro no cenário político.

É necessário que a reforma política realmente aconteça em nosso país, para que seja feita uma política mais justa e transparente. A população se mostrou interessada em mudanças quando foi às ruas. Essa é a hora de unirmos ainda mais as forças dos movimentos populares e sindicais para que ocorra uma cobrança unificada ao atual governo (reeleito), para que cumpra suas promessas durante a campanha presidencial e venha dar mais atenção à classe trabalhadora, principalmente aos servidores públicos. Temos que mostrar a garra de junho de 2013 e, se possível, ir às ruas novamente, para defender os interesses públicos que a sociedade tanto necessita. Vamos à luta, junto com a população, movimentos sociais, classe trabalhadora e movimentos sindicais. O país precisa de mudança e não dá pra esperar; a hora é agora.

HISTÓRIA

O último plebiscito estadual ocorreu em 2011, no Pará, quando os eleitores decidiram se as regiões de Carajás e Tapajós deveriam se tornar Estados autônomos. A maioria dos paraenses rejeitou a divisão, sendo que o último plebiscito nacional ocorreu em 1993, quando os brasileiros puderam optar qual regime de governo vigoraria no país: se monarquia ou república e se parlamentarismo ou presidencialismo. Venceu a proposta por uma república presidencialista, regime que já vigorava.

Já o último referendo Estadual ocorrido no país foi em 2010, quando os eleitores do Acre decidiram se o fuso horário no Estado deveria voltar a ser de duas horas a menos que Brasília, após ter sido alterado para uma hora a menos. A maioria aprovou a mudança para o horário antigo.

O último referendo nacional ocorreu em 2005, quando a população foi consultada sobre a proibição do comércio de armas de fogo no país. A proibição estava prevista em artigo do Estatuto do Desarmamento, que havia sido aprovado em 2003. Os brasileiros, porém, rejeitaram a mudança.

Antônio Augusto de Queiroz*

O servidor público e suas entidades representativas vão precisar intensificar a pressão sobre o governo da presidente Dilma para evitar que seus direitos e vantagens sejam congelados ou escolhidos como variável do ajuste que virá nos dois primeiros anos da nova gestão.

Todos sabemos que a presidente, em razão das políticas anticíclicas adotadas para amenizar os efeitos negativos da crise internacional sobre o País, terá que promover ajustes nas contas públicas, de um lado atualizando as tarifas públicas represadas nesse período e, de outro, cortando gastos correntes, tanto para equilibrar as contas públicas, quanto para evitar novas altas nas taxas de juros.

Registre-se, por dever de justiça, que qualquer presidente que fosse eleito teria que promover tal ajuste. Os compromissos políticos e ideológicos do governante e de suas equipes é que definiriam a amplitude e intensidade do ajuste, bem como quem ou que setores escolher como variável do ajuste.

O objetivo a ser perseguido é que o aumento das tarifas públicas se dê de forma gradual, para não sufocar o orçamento das famílias, e o ajuste nas contas públicas seja seletivo, preservando os programas sociais, os investimentos em infraestrutura, e assegurando, inclusive com reposição das defasagens, o poder de compra dos salários dos servidores, que têm caráter alimentar.

Tudo leva a crer que haverá uma grande disputa na sociedade e no interior do governo para se proteger dos cortes, e os servidores e suas entidades precisam agir preventivamente. Devem buscar interlocução e diálogo com a equipe que se relaciona com as entidades de servidores (MPOG, Casa Civil e Secretaria-Geral da Presidência) e pressionar as autoridades, sob pena de mais uma vez serem escolhidos como variável do ajuste.

Nesse diapasão, os servidores e suas entidades devem organizar uma agenda positiva, de caráter propositivo, e outra negativa ou reativa para

Agência Brasil



poder orientar sua estratégia nessa disputa.

A agenda positiva deve consistir, entre outras questões: 1) na imediata regulamentação da Convenção 151 da OIT, que trata da negociação das condições de trabalho no serviço público, 2) na defesa de uma política salarial permanente, que reponha anualmente o poder de compra dos salários, 3) na reposição dos efetivos das carreiras, promovendo os concursos públicos necessários à recomposição de quadros, sem terceirização em funções típicas de servidor público de carreira, 4) na regulamentação do artigo 37, inciso V, da Constituição para limitar as situações de livre provimento, com valorização dos servidores de carreira na ocupação dos cargos comissionados; 5) na isonomia de vencimentos e benefícios dos servidores dos três poderes da União, e 6) na aprovação da PEC 555/06, que extingue, de forma gradual, a contribuição dos aposentados e pensionistas do serviço público.

Já na agenda reativa, os servidores e suas entidades devem, por todos os meios, evitar que quatro ameaças se concretizem no próximo governo: 1) o desmonte do Aparelho de Estado, seja substituindo contratação por terceiri-

zação, seja substituindo órgão estatais por organizações sociais, serviços sociais autônomos ou ONGs, na prestação de serviços públicos, 2) a aprovação do PLP 92/07, que trata das fundações estatais; 3) a aprovação do PLP 248/98, que trata da dispensa por insuficiência de desempenho; e 4) a aprovação dos PLPs 1/07 e 549/09, que limitam o aumento do gasto com pessoal, a fim de evitar o crescimento de sua participação relativa na despesa. Ambos estão em discussão na Câmara.

O alerta tem o propósito de contribuir para a montagem de estratégia para enfrentar os próximos dois anos, que certamente serão difíceis para os servidores. As reflexões deste texto são produto da experiência, da análise de fatos, dados e informações disponíveis. Trata-se, portanto, de análise isenta e feita considerando desde questões relacionadas às finanças públicas, passando por autoridades que tratam dos assuntos de pessoal (MPOG e Casa Civil) até documentos e declarações oficiais.

(*)Jornalista, analista político e diretor de Documentação do Diap

Expediente



Boletim informativo do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso

Rua Dr. Carlos Borralho nº 82, bairro Poção. CEP 78.015-630 - Cuiabá-MT
Telefone: (65) 3023-9338 - email: sindsepmt@gmail.com
Jornalista responsável: Mário Hashimoto DRT 200/MT
E-mail: mhashi104@yahoo.com.br
Editoração eletrônica: Oficina A-104

DIRETORIA EXECUTIVA: CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA - PRESIDENTE - FUNASA; ROOSEVEL MOTTA - VICE-PRESIDENTE - INCRA; DAMÁSIO DE SOUZA PEREIRA - 1º SEC GERAL - CGU; BENEDITO MARINS DE ANDRADE - 2º SEC GERAL - MIN.SAÚDE; GILDÁSIO FERREIRA GOMES - 1º SEC DE FINANÇA - SRTE; LENITA DE FIGUEREDO - 2º SEC. DE FINANÇA - FUNASA; ENILDO GOMES - 1º SEC. DE ADM - FUNAI; FRANCISCO ROBERTO DIAS NETO - 2º SEC. DE ADM. - INCRA; ZILMA APARECIDA GONÇALVES - 1º SEC. DE ASSUNTOS JURID. - MIN.SAÚDE; JOSENICE AUXILIADORA TAVARES SIQUEIRA - 2º SEC. DE ASSUNTOS JURID - MAPA; MARINÉZIO SOARES DE MAGALHAES - 1º SEC. DE FORM. E POL. SIND - FAZENDA; LURDES FERNANDES ROSA - 2º SEC. DE FORM. E POL. SIND - FUNASA; BENEDITO ASSIS DA SILVA - 1º SEC. INTERIOR - SV/S/CÁCERES; IDIVALDO BERNARDES DE OLIVEIRA - 2º SEC. INTERIOR - PRF; JOAO DAVID - 1º SEC. DE IMP. E COM. - MIN.SAÚDE; FRANCISCO LOPES FILHO - 2º SEC. DE IMP. E COM. - FUNASA; IZABEL SANTANA DA SILVA - 1º SEC. APÓS. E PENSION. - TRANSPORTE; ZELAIRDES RODRIGUES LEITE - 2º SEC. APÓS. E PENSION. - FUNAI; JOÃO DE DEUS DA SILVA FILHO - 1º SEC. SAÚDE DO TRAB. - SVS/SINOP; ADÉLIO DA SILVA JÚNIOR - 2º SEC. SAÚDE DO TRAB. - MIN.SAÚDE; JOACIRA S. RODRIGUES DE ALMEIDA - 1º SEC. ANIST. E DEDITADOS - CONAB; JACKSON FERREIRA DA SILVA - 2º SEC. ANIST. E DEDITADOS - INCRA; ELIETE DOMINGOS DA COSTA - 1º SEC. DE CULTURA - SRTE; HERONILDES FRANCISCO VIEIRA - 2º SEC. DE CULTURA - 9º BEC
SUPLENTES DE DIREÇÃO: MANOEL MARTINS - MIN.SAÚDE; JOSÉ MARIA DILVA E ARRUDA - MIN.SAÚDE; PEDRO PAULO LOPES - MIN.SAÚDE; CELSO ALFREDO SIMON - MIN.SAÚDE; ADERBAL CASTRO QUEIROZ - 9º BEC; NELSO FORTUNATO OJEDA - MAPA
CONSELHO FISCAL/TITULAR: VERACY TIZZIANI - MIN.SAÚDE; IDIO NEMÉZIO DE BARROS NETO - FUNASA; ILCA MARIA PINTO - CONAB
SUPLENTES DE CONSELHO FISCAL: GEOVANO SANTOS MOREIRA - MIN.SAÚDE; MOACIR MÓDULO - MIN.SAÚDE; BENEDITO MARTINS DE OLIVEIRA - MIN.SAÚDE

FELIZ ANO NOVO?

É momento de planejar ações para cobrar a presidente Dilma

No Dia do Servidor público, Dilma Rousseff reconhece a luta dos trabalhadores e entendeu que os mesmos devem ser dignamente valorizados.



O ano de 2014 está chegando ao fim. É hora de discutir ainda mais as pautas emergenciais dos servidores públicos federais para os setores. Para isso, a Confederação dos Servidores Públicos Federais (Condsef) elaborou um calendário de ações que deve estreitar ainda mais o diálogo entre os servidores, a fim de planejar as atividades que serão realizadas em busca de avanços para as categorias. Um encontro Nacional vai ocorrer entre 21 a 23 de novembro, na sede da CNTI em Luziânia/GO.

Entre as pautas que serão discutidas estão os informes do setor, plano de luta e de reivindicação e encaminhamentos. Será realizada também, nos dias 22 e 23/11, a Plenária Nacional da Condsef, para discutir e deliberar sobre a avaliação da conjuntura e demais assuntos emergentes. O evento contará com a participação dos membros da Diretoria Nacional e delegados de todo o país. O Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Mato Grosso (Sindsep-MT) enviará ao Encontro Na-

cional cerca de 30 delegados de órgãos federais filiados à entidade.

É momento dos servidores discutirem ações para cobrar da presidente reeleita, ações práticas que atendam às necessidades dos setores. No dia 28 de outubro, data em que é comemorado o Dia do Servidor público, Dilma Rousseff escreveu uma carta de agradecimento aos serviços prestados ao país. Ela reconheceu a luta dos trabalhadores e entendeu que os mesmos devem ser dignamente valorizados, com planos de carreiras consolidadas, remuneração justa e melhores condições de trabalho.

A carta, bem como a agenda propositiva assumida pela presidente Dilma Rousseff durante a campanha presidencial, causou uma expectativa aos servidores no avanço de diálogo nas importantes demandas para o setor público e devem continuar se organizando e intensificar ainda mais a luta com atividades em busca de melhores condições de trabalho e serviços públicos de qualidade para a população. Participe dos encontros e fortaleça ainda

mais essa luta. Confira a agenda propositiva e o calendário de atividades:

- Definir instrumentos de gestão para identificar e corrigir as distorções salariais que ainda existem;
- Definir diretrizes gerais de carreira; Concluir o processo de readmissão dos de demitidos e anistiados do governo Collor;
- Estudar a incorporação às aposentadorias da média de valores das gratificações dadas aos salários nos últimos cinco anos anterior à saída do funcionário do serviço ativo;
- Avançar no diálogo com os servidores públicos;
- Ampliar os concursos públicos para recompor a mão de obra, pois nos próximos cinco anos cerca de 60% dos servidores poderão se aposentar, e manter a política de expansão dos serviços públicos;
- Recompôr as perdas inflacionárias dos benefícios dos servidores públicos

federais (auxílio-alimentação, saúde, creche, etc);

- Definir uma política salarial para os servidores que permita a recomposição de perdas inflacionárias;
- Continuar a política de substituição de mão de obra terceirizada no serviço público por servidores concursados;
- Perseguir a isonomia de benefícios entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;
- Cumprir pontos eventualmente pendentes dos acordos coletivos firmados com os servidores federais.

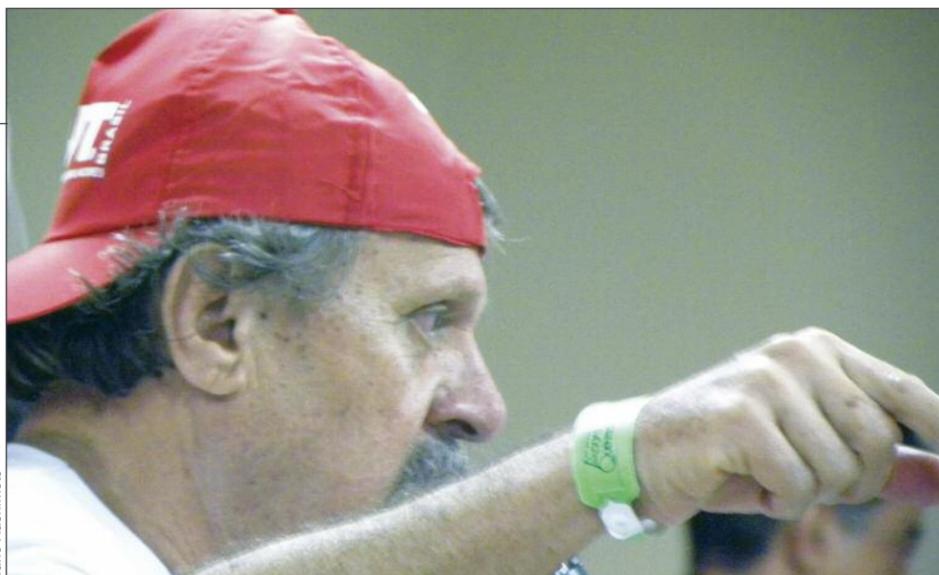
Calendário de atividades

- 05/11 - Seminário das mesas da Saúde
- 14, 15 e 16/11 - Seminário Fórum de entidades do setor público federal
- 21/11 - Encontros setoriais da Condsef
- 22 e 23/11 - Plenária nacional da Condsef.



Nesta edição o homenageado é Maurício Alves Rattacaso Junior, servidor público há 37 anos, auxiliar de administração da Funasa. Para ele, o órgão virou um barril de pólvora, pronto para estourar a qualquer momento. A lei da mordada corre solto, pois não se pode reunir nem fora do ambiente para a Fundação ter motivo para instaurar processo disciplinar, principalmente para aqueles que denunciam as mazelas da direção. “

Você tem que acatar as inúmeras irregularidades existentes e se calar, pois há uma inversão de valores. Ao invés do denunciado, quem denuncia é que sofre processo”. Sobre o fechamento do Laboratório de Água, Rattacaso disse que ele foi reaberto de uma maneira figurativa, porque a pessoa mais indicada, o João Paulo, que é farmacêutico bioquímico ficou de fora e está em desvio de função, trabalhando no setor de RH. O laboratório que era referência, hoje figura entre os piores no Brasil. Maurício reclama também da falta de diálogo entre os servidores e a diretoria.



Mário Hashimoto

